



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

Secção Regional dos Açores



Relatório de atividades e Contas 2018

Querer e Saber ser Engenheiro Técnico



Rua Diário dos Açores, nº 43 - 1º Andar
9500-178 Ponta Delgada



296 286 050 & 964 304 660



sracores@oet.pt



Rua de Baixo de São Pedro, nº 35
9700-025 Angra do Heroísmo



sracores@oet.pt

Página em branco

Índice

1. Nota Prévia.....	5
2. Caracterização da atividade desenvolvida.....	7
3. Quem somos, quantos somos e como estamos distribuídos.....	9
3.1 Novos membros.....	10
3.2 Caracterização e distribuição por especialidade.....	11
3.3 Caracterização e distribuição por grau académico.....	12
4. Relações Institucionais.....	13
5. Participação em eventos internacionais em representação da Secção Regional.....	18
6. Inauguração do Edifício Sede na Rua Diário dos Açores em Ponta Delgada.....	18
7. Gabinete de apoio ao membro.....	20
8. Novo Web Site da Secção Regional dos Açores da OET –.....	21
9. Contas do Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da OET.....	22
9.1 Comparação com o orçamento:.....	23
9.2 Conclusões – Situação Económica e Financeira.....	26
10. Demonstrações financeiras.....	26

Página em branco

Relatório e Contas de 2018

Querer e Saber ser Engenheiro
Técnico

1. Nota Prévia

Caros(as) colegas,

O Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da OET, teve como principal enfoque para o ano de 2018 o objetivo de garantir a instalação da sede na rua Diário dos Açores em Ponta Delgada.

Tendo iniciado o ano já com a escritura do novo edifício assinada, a materialização de tal intenção dependia essencialmente de três fatores: (1) A transferência dos bens afetos à Secção e que estavam no antigo edifício da Rua Ernesto do Canto, (2) a realização das obras em falta no novo edifício, concretamente no rés-do-chão e pátio e (3) a aquisição do equipamento para a nova sede já que, do material e equipamentos que foram transferidos, muito pouco se poderia utilizar por inadequação aos novos espaços. Aos dias de hoje, convém referir, ainda se mantém completamente vazio o espaço afeto ao 3.º andar do edifício sede.

Assim, como mais à frente poderemos observar, a execução do orçamento de 2018 foi amplamente afetado pelo investimento realizado na nova sede no entanto, o Conselho Diretivo da Secção, teve por princípio basilar nunca colocar em causa a estabilidade económico-financeira da Secção e para isso, refira-se aqui com veemência, muito contou com a colaboração e apoio dos

A Ordem dos Engenheiros Técnicos

- Enquadramento Jurídico -

...

A OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos, associação de direito público, com estatuto publicado na Lei 157/2015, de 17 de setembro, foi criada pela Lei 47/2011, de 27 de junho.

Nos termos da alínea b) do nº 1 do Artigo 198º da Constituição da República Portuguesa, é a associação pública de natureza profissional que atribui o título e regula o exercício da profissão de engenheiro técnico.

Compete à OET zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de engenheiro técnico, promovendo a valorização profissional e científica dos seus associados e a defesa e o respeito pelos respetivos princípios deontológicos.

...



ORDEM DOS
ENGENHEIROS
TÉCNICOS

membros do Conselho Fiscal da Secção que, de forma muito esclarecida e minuciosa e sob a orientação do Seu Presidente, Sr. Eng.º Técnico Carlos Loures, acompanharam de muito perto a execução do orçamento ao longo de todo o ano, figurando deste modo como um interveniente atento na fiscalização e análise das contas da Secção. Da mesma forma, o Técnico Oficial de Contas da Secção foi fundamental no aconselhamento técnico ao Conselho Diretivo e desta forma, muito contribuiu para a tomada de decisões em tempo e de forma mais acertada e ponderada.

Este é, portanto, um relatório que se quer esclarecedor junto dos membros, que foi criado com um detalhe muito superior aos de anos anteriores e assim, dele consta informação rigorosa precisa, útil, honesta e absolutamente transparente já que, o nosso principal objetivo é garantir a todos o completo e total acesso à informação acerca do atual panorama financeiro da Secção Regional.

Apesar das contingências associadas ao investimento que foi necessário realizar para equipar o edifício da Secção bem como para realizar as obras do rés-do-chão, o Conselho Diretivo manteve sempre como tônica dominante o equilíbrio financeiro e assim, o documento que aqui apresentamos aos membros espelha por um lado esse equilíbrio e por outro, o conjunto de ações realizadas

ao longo do ano e que permitiram à Secção Regional estabelecer uma relação próxima com os membros e com a sociedade em geral.

No que se refere à informação relativa à situação associativa, gostaríamos de referir a satisfação resultante do aumento do número de membros em cerca de 5,5%, o que reflete claramente o sucesso de um conjunto de ações realizadas pelo CDR que, apoiadas pelo CDN, possibilitaram a concretização deste objetivo de estabelecer e garantir uma renovação e aumento do número de membros que, diga-se, são o garante da continuidade da nossa Ordem.

Outro número que nos satisfaz é o aumento do número das declarações emitidas pelos membros em cerca de 6,7% e que, de certa forma, representa também o acréscimo de atividade profissional na Região.

Entretanto e para finalizar, relembra-se que a anterior assembleia geral de Secção se realizou a 17 de março de 2018 e nessa, foram submetidos o Relatório e Contas e de atividades referentes ao ano de 2017.

Nos termos dos Estatutos da nossa Ordem, ora apresentamos o presente relatório para análise ficando os elementos do Conselho Diretivo disponíveis para qualquer esclarecimento adicional.

O Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da OET



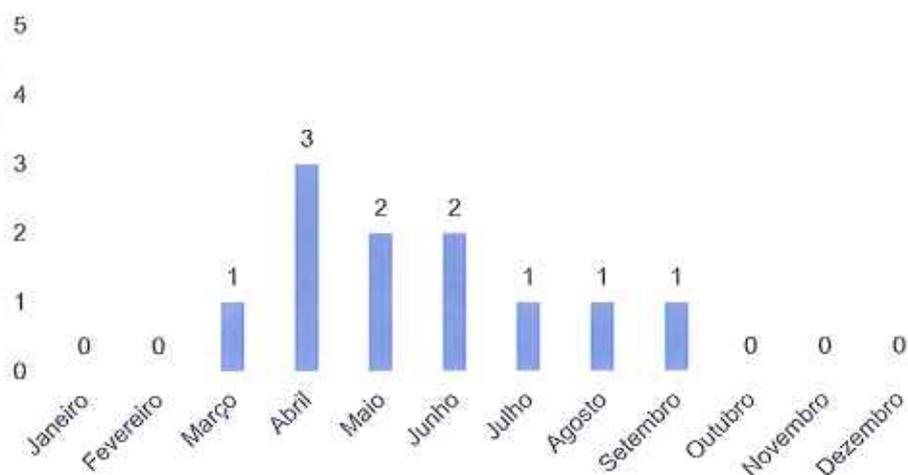
Sara de Almeida Paiva
Isabel Pereira

2. Caracterização da atividade desenvolvida



Em termos administrativos, através de documentos oficiais, a Secção Regional deu resposta a todas as solicitações internas e externas e disso fazem prova os 126 ofícios enviados e 27 ofícios recebidos. Foi ainda prestado atendimento presencial e telefónico sendo que, o expediente da Secção registou a receção/envio de 3280 / 2680 emails, respetivamente.

N.º de Declarações



Foram emitidas pelos Serviços Administrativos da Secção Regional 11 declarações para atos de engenharia, com a distribuição mensal conforme gráfico a cima.

Este cenário justifica-se atendendo à deliberação do Conselho Diretivo Nacional em desmaterializar as vinhetas para utilização no sistema SEDAP – Sistema para a Emissão de Declarações para Atos Profissionais, produzido e disponibilizado a partir de 1 de julho de 2016.

A este título, refira-se que o sistema informático em uso pela OET passou a permitir a emissão de declarações para atos de engenharia certificadas digitalmente, deixando de ser obrigatório dispor de vinhetas numeradas. Assim, com esta implementação e desde que as declarações sejam emitidas pelos próprios, foram eliminados os custos para os membros da OET associados às declarações mantendo-se os que são associados à emissão das declarações emitidas pelos Serviços Administrativos.

Neste sentido, a Secção apurou um total de 3016 declarações emitidas pelos seus membros, um acréscimo de 6,7% face ao ano anterior.

A nível nacional, a Secção Regional participou em 6 reuniões do Conselho Diretivo Nacional (em 22 de junho o Conselho Diretivo Nacional realizou-se nas instalações desta Secção), em 2 reuniões da Assembleia de Representantes, em 2 reuniões da Assembleia Geral e 1 reunião do Conselho da Profissão.

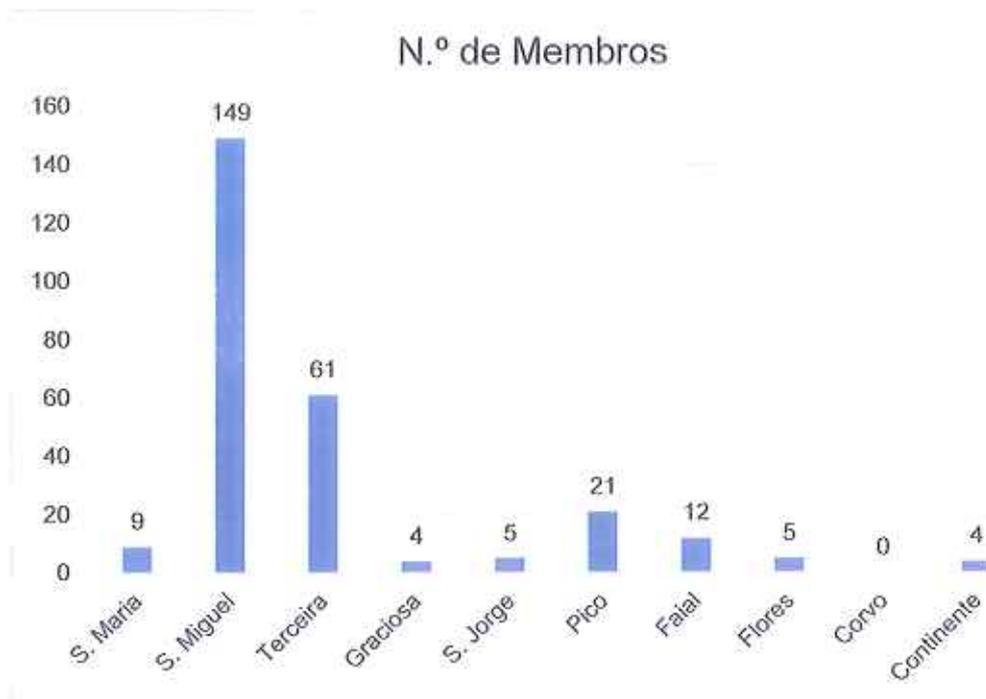
Realizaram-se 9 reuniões do Conselho Diretivo Regional e que contaram com a participação de outros órgãos regionais, quando convocados para o efeito. De referir ainda que, uma destas reuniões se realizou na ilha Terceira, mais concretamente, no dia 7 de julho.

Por seu turno, o Conselho Fiscal de Secção reuniu por 3 vezes nas instalações da Secção.

3. Quem somos, quantos somos e como estamos distribuídos



No encerramento do ano de 2018, a Secção Regional dos Açores da OLET contava com um total de 270 membros distribuídos de acordo com o gráfico seguinte:

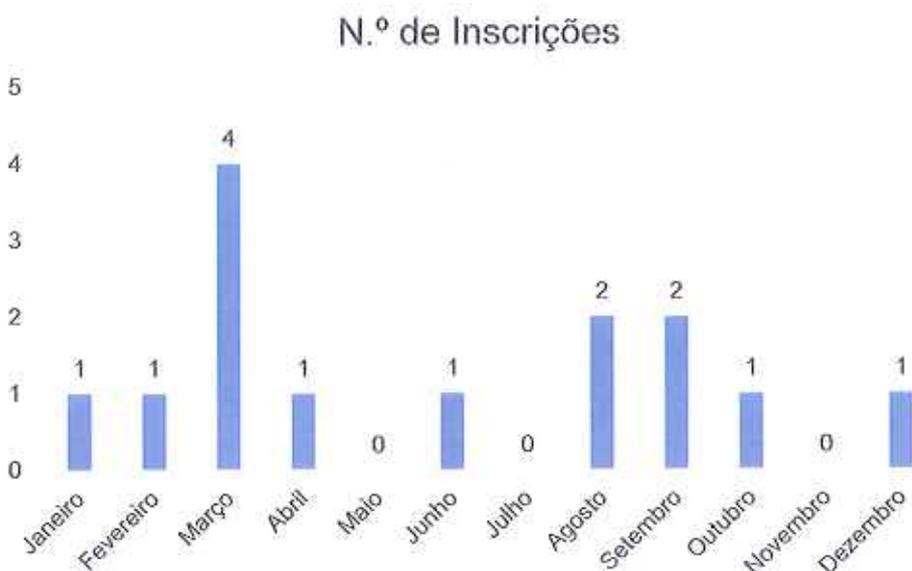


3.1 Novos membros



Ao longo do ano de 2018 procedeu-se à inscrição de 14 novos membros na Secção Regional o que equivale a um aumento de 5,5% face ao ano anterior.

As inscrições realizaram-se com a seguinte distribuição mensal:

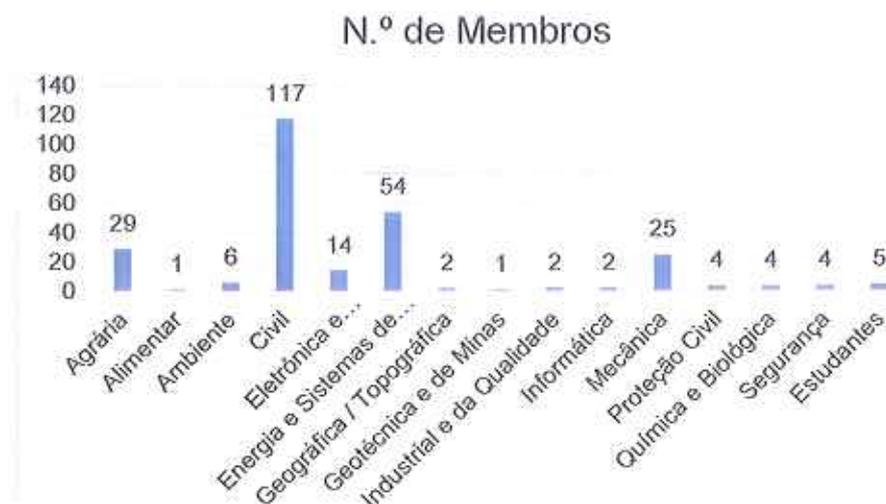


Destas novas inscrições, 7 corresponderam a candidatos com mais de cinco anos de experiência em Engenharia, cuja admissão foi realizada com base em audição para a avaliação da atividade profissional e assim, dispensados da frequência do módulo de formação de Ética e Deontologia Profissional.

3.2 Caracterização e distribuição por especialidade



Em termos de Colégios de Especialidade, a distribuição de membros da Secção é a seguinte:

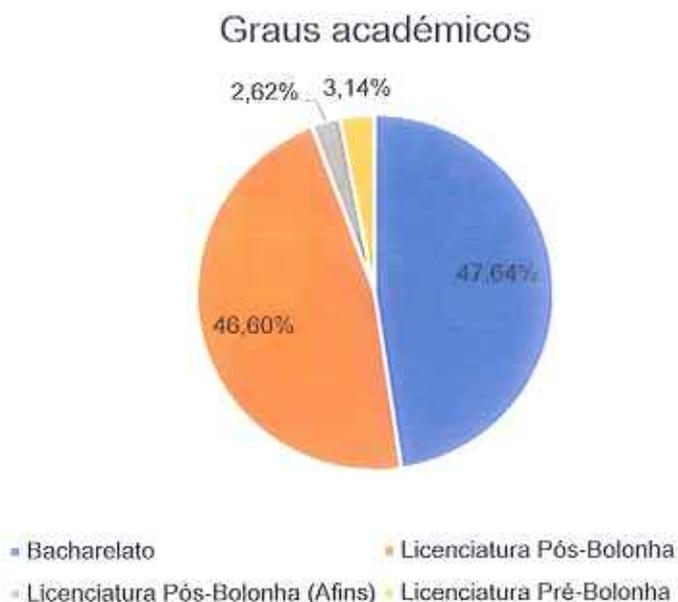


COLÉGIO ESPECIALIDADE	MEMBROS
Agrária	29
Alimentar	1
Ambiente	6
Civil	117
Eletrónica e Telecomunicações	14
Energia e Sistemas de Potência	54
Geográfica / Topográfica	2
Geotécnica e de Minas	1
Industrial e da Qualidade	2
Informática	2
Mecânica	25
Proteção Civil	4
Química e Biológica	4
Segurança	4
Estudantes	5
TOTAL	270

3.3 Caracterização e distribuição por grau académico



Relativamente aos Graus Académicos dos membros pertencentes à Secção, constatamos a seguinte distribuição:



Grau académico	Membros	%
Bacharelato	91	47,64%
Licenciatura Pós-Bolonha	89	46,60%
Licenciatura Pós-Bolonha (Afins)	5	2,62%
Licenciatura Pré-Bolonha	6	3,14%
TOTAL	191	100,0%

4. Relações Institucionais



Em termos de relações institucionais, a Secção Regional dos Açores da OET tem mantido uma relação de cordialidade e parceria institucional com as Entidades Regionais ou sediadas na Região e dessa forma, participou por diversas ocasiões em eventos sociais e profissionais em representação da Ordem. Assim, conforme a seguir se descreve, ao longo do ano de 2018 a Secção Regional esteve representada em 18 eventos de carácter social, 9 eventos de carácter profissional e em 2 outros eventos num total de 29 representações que obrigaram à mobilização de todos os elementos do Conselho Diretivo Regional.

No dia 6 de janeiro, o Presidente do Conselho Diretivo Regional esteve presente, a convite do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, na Cerimónia de Receção de Ano Novo, que decorreu no Palácio de Sant'Ana, em Ponta Delgada.

O Presidente da Secção participou na Cerimónia Comemorativa do 42.º aniversário da Universidade dos Açores, que teve lugar no Auditório da Aula Magna do campus de Ponta Delgada, no dia 09 de janeiro.

O Vice-Presidente do Conselho Diretivo Regional esteve presente, no dia 19 de janeiro, a convite do Conselho de Administração e do Diretor Editorial do jornal Açoriano Oriental, no almoço/conferência que decorreu no Hotel Marina Atlântico, em Ponta Delgada. Este evento, subordinado ao tema "A Política Comercial da União Europeia", teve como orador o Dr. João Aguiar Machado, Diretor Geral dos Assuntos do Mar da União Europeia.

No dia 25 de janeiro, o Vice-Presidente da Secção, acompanhado pelo Eng. Téc. Jorge Sousa, Coordenador do Gabinete Técnico de Apoio ao Bastonário da OET, esteve presente numa audiência para apreciação da proposta de adaptação à Região Autónoma dos Açores do Decreto-Lei n.º 96/2017, de 10 de agosto, que veio estabelecer o novo regime de licenciamento a que estão sujeitas as instalações elétricas de serviço particular. Esta audiência decorreu nas instalações da Direção Regional de Energia, em Ponta Delgada.

O Presidente da Secção colaborou no dia 22 de março numa sessão de esclarecimento, na Escola Secundária Domingos Rebelo, que versava a

divulgação das saídas profissionais relacionadas com os cursos superiores de engenharia. Esta sessão, inscrita na “Semana das Profissões”, tinha como objetivo principal proporcionar aos alunos do 9.º ano e ensino secundário um melhor conhecimento das diferentes profissões. Tratou-se de uma iniciativa organizada pelo Serviço de Psicologia e Orientação daquele estabelecimento de ensino.

Em 23 de março, o Eng. Téc. Paulo Raimundo, Secretário do Conselho Diretivo de Secção, esteve presente numa reunião, nas instalações da Direção Regional da Habitação, em Ponta Delgada, para recolha de contributos referentes ao “Projeto Reabilitar como Regra (RcR)”. A implementação deste projeto visa a elaboração de propostas para adequar as normas técnicas da construção às exigências e especificidades da reabilitação de edifícios tendo em conta que a habilitação de edifícios deve passar a beneficiar de um quadro legal e regulamentar atualizado e adequado às suas especificidades.

O Presidente e Vice-Presidente do Conselho Diretivo Regional estiveram presentes no “1.º Encontro Luso-Brasileiro de Engenharia”, evento decorrido no dia 28 de março, no ISEC Lisboa – Instituto Superior de Educação e Ciências, Campus Académico do Lumiar, em Lisboa. Neste encontro foram abordados temas concernentes ao Ensino da Engenharia e ao Reconhecimento Profissional da Engenharia.

O Vice-Presidente da Secção, no dia 2 de abril, esteve presente na Cerimónia Solene do 472.º Aniversário da Elevação de Ponta Delgada a Cidade, com a entrega do prémio “Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking 2018” a Ponta Delgada e do “Diploma de Reconhecimento Municipal” a Lojas Históricas da Cidade, e que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho desta autarquia.

A convite da Universidade dos Açores, no dia 9 de abril, o Presidente do Conselho Diretivo Regional esteve presente na Cerimónia de investidura do Reitor daquela Instituição de Ensino Superior, Professor Doutor João Luís Gaspar. Esta cerimónia decorreu na Aula Magna do campus de Ponta Delgada.

Por ocasião da realização do “V Encontro com a Eficiência Energética”, subordinado à temática dos Contratos de Desempenho Energético, o Presidente da Secção esteve presente no dia 2 de maio no IREFC –

Laboratório Regional de Engenharia Civil, em Ponta Delgada, a convite da Direção Regional de Energia que promoveu esse evento que visava sensibilizar, debater e divulgar as melhores práticas de eficiência energética, com o intuito de promover e fomentar o desenvolvimento descarbonizado da Região Autónoma dos Açores.

O Presidente da Secção, no dia 7 de maio, esteve presente na Sessão comemorativa do Feriado Municipal de Ponta Delgada, com Homagem à Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres, e que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho daquela autarquia.

O Vice-Presidente do Conselho Diretivo Regional, no dia 17 de maio, a convite do Conselho de Administração e do Diretor Editorial do jornal Açoriano Oriental, esteve presente no almoço/conferência subordinado ao tema "Rússia – uma continentalidade global". Este evento, decorrido no Hotel Marina Atlântico, em Ponta Delgada, teve como conferencista o Embaixador Jubilado Manuel Marcelo Curto.

Teve lugar no dia 8 de junho, em Ponta Delgada, o "Fórum Económico e Social 2018", uma iniciativa da parceria da Câmara do Comércio e Indústria dos Açores (CCIA), Federação Agrícola dos Açores (FAA) e União Geral dos Trabalhadores dos Açores (UGTA/A). Neste contexto e a convite da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, o Presidente do Conselho Diretivo Regional esteve presente na sessão de encerramento deste evento, no Hotel Azor, cujo ato foi presidido por Sua Excelência o Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa.

O Presidente da Secção, no dia 9 de junho, esteve presente na receção comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que decorreu no Palácio de Sant'Ana, tendo sido presidida por Sua Excelência o Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa.

Em representação da Secção Regional dos Açores, a Eng.ª Téc.ª Sara Pavão, Vogal do Conselho Diretivo de Secção, esteve presente, no dia 12 de junho, no Concerto do ArQuinteto, na Paróquia dos Mosteiros.

Por sua vez, em representação da Secção Regional, o Presidente do CDR esteve presente, no dia 12 de julho, na cerimónia de lançamento do livro "Jardim José do Canto – 100 Árvores", da autoria de Raimundo Quintal

e Teófilo Braga, no Centro Natália Correia, cuja apresentação esteve a cargo de Augusto de Athayde.

De igual modo, no dia 13 de julho, o Presidente da Secção esteve presente na inauguração oficial da “II Festa do Livro dos Açores”. Este evento ocorreu no Passeio Marítimo, nas Portas da Cidade de Ponta Delgada.

No dia 22 de julho a Secção Regional esteve novamente representada pelo seu Presidente no concerto da Orquestra da Câmara de Ponta Delgada que decorreu na Igreja de Nossa Senhora do Pilar, Pilar da Bretanha.

A cerimónia de lançamento do livro "Roteiro de Ponta Delgada", da autoria de José de Almeida Mello, decorreu no dia 28 de julho, no lado Norte da Igreja da Matriz de São Sebastião, Ponta Delgada, tendo estado presente para o efeito o Presidente da Secção.

A convite do Presidente da Câmara de Ponta Delgada, o Presidente da Secção esteve também presente, no dia 22 de agosto, na cerimónia de descerramento oficial da Placa Toponímica do "Caminho da Estação Radio Naval", antiga “Canada do Cascalheiro”, na freguesia da Lajã de Cima.

Por seu turno, em representação da Secção Regional, a Eng.ª Téc.ª Isabel Juromito, Tesoureira do Conselho Directivo de Secção, esteve presente na cerimónia de Vinculação à Profissão da Ordem dos Enfermeiros da Região Autónoma dos Açores, ocorrida em 8 de setembro, na Biblioteca e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

No dia 25 de outubro, o Vice-Presidente do CDR esteve presente na apresentação do “Estudo Concelhio da Ribeira Grande - Orienta Empresa”. Este evento, iniciativa daquela autarquia, realizou-se no Teatro Ribeiragrandense.

O Presidente da Secção, no dia 2 de novembro, esteve presente na Homenagem Municipal a João de Moraes Pereira, que decorreu no Salão Nobre dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Ponta Delgada.

O Presidente do CDR esteve presente na cerimónia de inauguração da Casa do Município da autarquia da Ribeira Grande, que se realizou no

dia 9 de novembro, no Largo Conselheiro Hintze Ribeiro, naquela cidade.

A convite do Presidente da Câmara de Ponta Delgada, o Presidente da Secção esteve presente, no dia 30 de novembro, na cerimónia de descerramento oficial de Placa Identificativa na casa onde nasceu Natália Correia, junto ao edifício sede da Casa do Povo da freguesia da Fajã de Baixo.

O Vice-Presidente do Conselho Diretivo Regional, no dia 3 de dezembro, novamente a convite do Conselho de Administração e do Diretor Editorial do jornal Açoriano Oriental, esteve presente no lançamento da Revista "100 Maiores Empresas dos Açores em 2017", no Hotel Marina Atlântico, em Ponta Delgada.

No dia 17 de dezembro realizou-se a reunião do CROP – Conselho Regional de Obras Públicas, órgão consultivo da Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas ao qual compete funções consultivas e de análise nos domínios da construção civil e obras públicas, nas instalações da Associação NONAGON, Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, na cidade da Lagoa. O Presidente do Conselho Diretivo Regional, nomeado para o efeito, esteve presente na mencionada reunião na qualidade de representante da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos.

O Presidente do CDR, nos dias 22 de dezembro e 28 de dezembro, esteve presente, respetivamente, nos concertos dos Filomúsica Ensemble, e dos Antigos Alunos do Conservatório Regional de Ponta Delgada, decorridos na Igreja do Colégio dos Jesuítas, em Ponta Delgada.

5. Participação em eventos internacionais em representação da Secção Regional



Entre os dias 25 e 27 de julho, realizou-se a “3ª edição do Congresso Lusófono de Saúde Ocupacional e Ambiental - SSoA2018”, no auditório da Biblioteca Nacional de Cabo Verde, na cidade da Praia, República de Cabo Verde. Neste evento e em representação da Secção, estiveram o Vice-Presidente, o Secretário e a Tesourreira do Conselho Diretivo.

6. Inauguração do Edifício Sede na Rua Diário dos Açores em Ponta Delgada



A inauguração oficial das atuais instalações da sede da Secção Regional dos Açores da OETA realizou-se no dia 23 de junho.

A cerimónia contou com as presenças do Bastonário da Ordem dos Engenheiros Técnicos, Eng. Téc. Augusto Ferreira Guedes, do senhor Diretor Regional das Obras Públicas e Comunicações, Frederico Furtado Sousa, em representação S. Ex.ª o Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, Dr. Vasco Cordeiro, diversos elementos dos órgãos diretivos nacionais e regionais da OETA, representantes de entidades e organismos públicos e membros da Secção.

Após o descerramento da placa alusiva à inauguração, pelo representante do Governo Regional e pelo Sr. Bastonário da OETA, procedeu-se à visita das instalações, seguindo-se um Coffee break para todos os convidados presentes.





16-03-2019

7. Gabinete de apoio ao membro



Em 2018 a Secção Regional dos Açores constituiu o Gabinete de Apoio ao Membro. Este Gabinete, liderado por uma jurista contratada pela Secção Regional, encontra-se à disposição dos membros efetivos da Secção com o principal objetivo de prestar apoio relativamente a assuntos de natureza profissional / desempenho da profissão.

Durante o ano de 2018 foram prestadas cerca de 12 ações de apoio a membros da Região.

8. Novo Web Site da Secção Regional dos Açores da OET – - <http://sracores.oet.pt/>

Por fim, ao longo de 2018, a Secção Regional dos Açores procedeu à reformulação do seu website, com a adição de novas funcionalidades e aspeto mais sofisticado, visando disponibilizar um maior número de informações relevantes aos seus membros.

Através deste novo portal iniciámos um conjunto de divulgações de informação das quais gostaríamos de referir, uma seção dedicada a ofertas de emprego público regional e outras de emprego privado que derivam de pedidos de divulgação de alguns parceiros com sede na Região.



SEJA BEM-VINDO AO NOSSO SITE!

9. Contas do Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da OET

A atividade da Secção Regional dos Açores da OET, em 2018, ficou caracterizada sobretudo pela inauguração da nova Sede. Como tal os resultados de 2018 são reflexo do esforço realizado, em termos de investimento. Assim, o resultado líquido, em 2018, foi negativo em 12.794,67€, de acordo com a demonstração de resultados que se segue:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Moeda: EUROS

Conta		RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
Positivo	Negativo			2018	2017
71/72		Vendas e serviços prestados	8	119.695,56	119.361,06
75		Subsídios, doações e legados à exploração		5.508,41	0,00
785	685	Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
73		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
71		Custos merc. vendidas e mat. consumidas		0,00	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos	11	-67.488,64	-59.744,17
	63	Gastos com o pessoal	9	-45.834,11	-44.230,90
		Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7622	652	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
763	67	Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
7623/4;7627/8	653/4;657/8	Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
781/1; 786/8		Outros rendimentos e ganhos	11	54,01	22,23
	681/1; 686/8	Outros gastos e perdas	11	-16.732,36	-1.641,48
		Resultado antes deprec., gastos financ. e imp.		-4.797,13	13.766,74
761	64		5	-8.055,73	-1.245,61
7625/6	655/6	Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
		Resultado operac. (antes gastos financ. e impostos)		-12.852,86	12.521,13
79		Juros e rendimentos similares obtidos		58,19	0,00
	69	Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
		Resultados antes de impostos		-12.794,67	12.521,13
	812	Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
		Resultado líquido do período		-12.794,67	12.521,13

F3M - Information Systems, SA

Em termos de rendimentos 2018 registou um acréscimo de 4,97% conforme tabela seguinte:

Código Conta	Descrição	2018	2017	Diferença
7211	Quotizações	118.057,56	118.057,56	0,00%
7214	Emolumentos	88,00	78,50	12,10%
7215	Outros	1.550,00	1.225,00	26,53%
752	Subsídios Outras Entidades	5.508,41	0,00	
7818	Rendim. Suplementares	54,00	21,46	151,63%
7821	Desc. Pronto Pagamento	0,01	0,03	-66,67%
7911	Juros Obtidos	58,19	0,74	7763,51%
Total de Rendimentos		125.316,17	119.383,29	4,97%

O acréscimo de receitas deveu-se sobretudo ao subsídio recebido do CDN, no montante de 5.508,41€.

Quanto aos custos, em termos globais, foram os seguintes:

Código Conta	Descrição	2018	2017	Diferença
62	FSE - Forn. Serv. Externos	67.488,64	59.744,17	12,96%
63	Gastos com Pessoal	45.834,11	44.230,90	3,62%
64	Gastos de Depreciações	8.055,73	1.245,61	546,73%
68	Outros Gastos e Perdas	16.732,36	1.641,48	919,35%
69	Juros Pagos	0,00	0,00	
Total de Custos		138.110,84	106.862,16	29,24%

Assim em termos globais os custos superaram os proveitos em 12.794,67€, o que significa que a Secção Regional dos Açores teve um prejuízo no montante referido. Este prejuízo deve-se sobretudo ao investimento realizado.

9.1 Comparação com o orçamento:

Em termos de custos existiram vários itens que ficaram acima do estimado conforme tabela seguinte:

Custos	Orçamento	Executado	Diferença €	Diferença %
--------	-----------	-----------	-------------	-------------

Pessoal	41.556,02€	45.834,11€	4.278,09€	10,29%
6321 - Pessoal	34.167,98€	37.942,44 €	3.774,46€	11,05%
6351 - Encargos S/remunerações	7.388,04€	7.891,67 €	503,63€	6,82%
Custos Fixos de Instalação	28.233,51€	17.303,29 €	-10.930,22€	-38,71%
62211 - Contabilidade	4.733,51€	3426,56 €	-1.306,95€	-27,61%
62241 - Honorários	4.200,00€	6570,30 €	2.370,30€	56,44%
6241/3 - Energia e fluidos	1.700,00€	1733,87 €	33,87€	1,99%
62614 - Renda de Instalação	15.600,00€	0,00 €	-15.600,00€	-100,00%
62613 - Outros Alugueres - Participação	0,00€	0,00 €	0,00€	0,00%
62622 - Comunicação	2.000,00€	5.572,56 €	3.572,56€	178,63%
Custos Variáveis Instalação	8.510,00 €	13.043,19 €	4.533,19€	53,27%
62212 - Outros	0,00 €	856,21 €	856,21€	
6226 - Conservação e Reparação	5.000,00 €	1549,74 €	-3.450,26€	-69,01%
6227 - Despesas bancarias	200,00 €	216,16 €	16,16€	8,08%
6223 - Vigilância e Segurança	0,00 €	1348,53 €	1.348,53€	
623 - Materiais	700,00 €	3956,62 €	3.256,62€	465,23%
6253 - Transportes mercadorias	60,00 €	185,26 €	125,26€	208,77%
62613 - Outros alugueres	0,00 €	0,00 €	0,00€	0,00%
62621 - Comunicação CTT	350,00 €	574,27 €	224,27€	64,08%
6263 - Seguros	200,00 €	117,43 €	-82,57€	-41,29%
6267 - Limpeza e higiene	1.000,00 €	4232,47 €	3.232,47€	323,25%
62681 - Outros Serviços	1.000,00 €	6,50 €	-993,50€	-99,35%
Atividade Associativa	1000,00 €	0,00 €	-1.000,00€	-100,00%
Projetos	4.000,00 €	0,00 €	-4.000,00€	-100,00%
Congresso/forum/dia eng.	0,00 €	0,00 €	0,00€	0,00%
Despesas Representação	14.994,00€	20.477,30 €	5.483,30€	36,57%
62511 - Deslocações e estadas	11.804,00€	13.444,28 €	1.640,28€	13,90%
62512 - Kms	840,00€	1649,16 €	809,16€	96,33%
62661 - Desp. Representação	2.000,00€	4794,89 €	2.794,89€	139,74%
62684 - Estacionamento	350,00€	588,97 €	238,97€	68,28%
Informação e Divulgação	2.000,00 €	4064,86 €	2.064,86€	103,24%
6222 - Publicidade e Propaganda	2.000,00 €	4064,86 €	2.064,86€	103,24%
Órgãos Regionais	12.600,00 €	12.600,00 €	0,00€	0,00%
62662 - Órgãos Regionais	12.600,00 €	12.600,00 €	0,00€	0,00%
Amortizações Exercício	5.164,03 €	8.055,73 €	2.891,70€	56,00%
64 - Ativos fixos tangíveis	5.164,03 €	8.055,73 €	2.891,70€	56,00%
Outros Custos	1000,00 €	16.732,36 €	15.732,36€	1573,24%
68 - Outros gastos e Perda	1000,00 €	16.732,36 €	15.732,36€	1573,24%
Total	119.057,56€	138.110,84€	16,00%	

As principais diferenças face ao orçamentado para 2018 são as seguintes:

- **Custos com pessoal:** Face à atualização dos vencimentos no início de 2018 houve um acréscimo de 4.278,09€
- **Custos fixos de instalação:** A OET Açores deixou de pagar renda em 2018 e passou a pagar uma compensação pela nova sede. Em termos de contabilização verifica-se uma redução, nesta rubrica, no montante de 15.600,00€ já que o valor contabilizado para a compensação pela nova sede é descontado “à cabeça” pelo CDN aquando da transferência das verbas relativas à cotização. Foi compensada por um aumento na rubrica outros custos. Por outro lado, em termos de comunicações houve um acréscimo de 3.572,56€ face ao orçamentado.
- **Custos variáveis de instalação:** Nesta rubrica o aumento registado foi sobretudo em materiais (incluiu diversas ferramentas e utensílios para a nova sede) e limpeza e higiene. Em termos globais houve um acréscimo de 4.533,19€.
- **Despesas de Representação:** Nesta rubrica houve um acréscimo de 5.483,30€.
- **Informação e Divulgação:** O acréscimo nesta rubrica foi sobretudo devido a ofertas de brindes na inauguração da sede.
- **Amortizações do exercício:** O investimento na nova sede tem sobretudo repercussões nesta rubrica. Houve um investimento registado como imobilizado no montante de 65.959,22€. Este investimento tem um impacto, nas contas, em termos de amortizações no montante de 8.055,73€ e que se refletirá também nos próximos anos.

Quanto aos proveitos a execução foi a seguinte:

Receltas	Orçamento	Executado	Diferença €	Diferença %
Receltas				
7211 - Quotas	118.057,56€	118.057,56 €	0,00€	0,00%
7212 - Joias	750,00€	0,00 €	-750,00€	-100,00%
7214 - Emolumentos	0,00€	88,00 €	88,00€	
7215 - Outros Proveitos	250,00€	1550,00 €	1.300,00€	520,00%
7911 - Juros de depósitos	0,00€	58,19 €	58,19€	
752 - Subsídios Outras Entidades	0,00€	5508,41 €	5.508,41€	
788 - Diversos	0,00€	54,01 €	54,01€	
Total	119.057,56 €	125.316,17 €	6.258,61€	5,26%

O acréscimo de proveitos deveu-se conforme referido ao subsídio já referido.

9.2 Conclusões – Situação Económica e Financeira

O Conselho Diretivo da Secção Regional dos Açores da OET entende que a Secção continua a apresentar uma situação económica equilibrada. Em termos de balanço apresenta um total do ativo no montante de 116.599,66€, dividido por 2 rubricas que são ativos fixos tangíveis – 58.522,03€ e depósitos bancários e caixa – 58.047,63€.

Em termos de passivo apresenta uma dívida ao estado, no montante de 2.406,49€ decorrente das obrigações fiscais que se venceram em dezembro e que foram liquidadas em janeiro do corrente ano.

Em termo de indicadores a situação económico-financeira continua equilibrada conforme se demonstra pelos indicadores seguintes:

Liquidez Geral	6,93
Autonomia Financeira	0,93
Solvabilidade	12,9

Assim de uma forma geral poder-se-á dizer que as contas de 2018 foram afetadas pelo investimento realizado na nova sede não colocando em causa a estabilidade económico-financeira da Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

10. Demonstrações financeiras

Anexo 1 ao presente relatório

Secção Regional dos Açores

PONTA DELGADA, 16 DE MARÇO DE 2019

ANEXO 1 AO RELATÓRIO E CONTAS DE 2018 DA SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES DA OET

Relatório e Contas 2018

Demonstrações Financeiras e Anexos

APRESENTAÇÃO DE CONTAS

1. BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-18	31-dez-17
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	58.558,28	648,54
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis	6	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		58.558,28	648,54
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11	0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	11	58.047,63	129.341,56
		58.047,63	129.341,56
Total do activo		116.605,91	129.990,10
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		121.020,68	108.499,55
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		121.020,68	108.499,55
Resultado líquido do período		-12.788,42	12.521,13
Total do fundo de capital		108.232,26	121.020,68
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	11	0,00	913,99
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	11	2.406,49	2.088,27
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar	11	5.967,16	5.967,16
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
		8.373,65	8.969,42
Total do passivo		8.373,65	8.969,42
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		116.605,91	129.990,10

Secção Regional dos Açores

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DEZEMBRO 2018

Conta		RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
Positivo	Negativo			2018	2017
71/72		Vendas e serviços prestados	8	119.695,56	119.361,06
75		Subsídios, doações e legados à exploração		5.508,41	0,00
765	685	Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
73		Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
74		Custos merc. vendidas e mat. consumidas		0,00	0,00
	62	Fornecimentos e serviços externos	11	-67.488,64	-59.744,17
	63	Gastos com o pessoal	9	-45.834,11	-44.230,90
		Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
7622	652	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
7621	651	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
763	67	Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
7623/4, 7627/8	653/4, 657/8	Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	66	Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
781/4, 785/6		Outros rendimentos e ganhos	11	54,01	22,23
	681/4, 685/8	Outros gastos e perdas	11	-16.732,36	-1.641,48
		Resultado antes deprec., gastos financ. e imp.		-4.797,13	13.766,74
761	64		5	-8.055,73	-1.245,61
7625/6	655/6	Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
		Resultado operac. (antes gastos financ. e impostos)		-12.852,86	12.521,13
79		Juros e rendimentos similares obtidos		58,19	0,00
	69	Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
		Resultados antes de impostos		-12.794,67	12.521,13
	812	Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
		Resultado líquido do período		-12.794,67	12.521,13

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. Identificação da Entidade

A Secção Regional dos Açores da Ordem dos Engenheiros Técnicos é uma associação sem fins lucrativos, com sede na Rua Diário dos Açores n.º 43 – Ponta Delgada.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	5%
Equipamento básico	10% a 14,33%
Equipamento de transporte	25%
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	10% a 33,33%
Outros Activos fixos tangíveis	

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activa, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.4 Activos Intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Activos Intangíveis	3

O valor residual de um "Activo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, excepto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o activo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado activo para este activo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.11 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Activos Fixos Tangíveis

Outros Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico		5.517,46				5.517,46
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo	34.521,39	20.743,83				55.265,22
Outros Activos fixos tangíveis	12.995,71	39.697,93				52.693,64
Total	47.517,10	65.959,22	0,00	0,00	0,00	113.476,32

Descrição	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Amortizações				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Equipamento básico		551,75		551,75

Secção Regional dos Açores

Equipamento de transporte				
Equipamento administrativo	34.521,42	2.652,19		37.173,61
Outros Activos fixos tangíveis	12.347,14	4.845,54		17.192,68
Total	46.868,56	8.049,48	0,00	54.918,04

6. Activos Intangíveis

Outros Activos Intangíveis

Em termos de activos intangíveis também não possuía qualquer quantia escriturada bruta.

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	984,40					984,40
Propriedade Industrial						0,00
Investimentos em curso						0,00
Total	984,40	0,00	0,00	0,00	0,00	984,40

Descrição	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolvimento	0,00			0,00
Programas de Computador	984,40			984,40
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

7. Custos de Empréstimos Obtidos

A instituição não tinha a 31 de dezembro de 2018 qualquer empréstimo.

8. Rêdito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Rêditos:

Descrição	2018	2017
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	118.057,56	0,00
Jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos (eventos)	0,00	0,00

Emolumentos	88,00	0,00
Outros Proveitos	1.550,00	0,00
Total	119.695,56	0,00

9. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos directivos, nos períodos de 2018, foram "3". Os órgãos directivos eleitos não usufruem qualquer remuneração:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de "2" .

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	37.942,44	36.645,00
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	7.891,67	7.585,90
Seguros Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	0,00	0,00
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
Total	45.834,11	44.230,90

10. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11. Outras Informações

11.1 Investimentos Financeiros

A instituição não tinha qualquer investimento financeiro a 31 de dezembro

11.2 Outras contas a receber

Secção Regional dos Açores

A rubrica "Outras contas a receber" linha, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, não tinha qualquer valor.

11.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" não englobava qualquer valor

11.4 Outros Activos Financeiros

A Entidade não detinha qualquer outro ativo financeiro em 31 de Dezembro de 2018

11.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	481,02	147,47
Depósitos à ordem	17.520,06	44.194,09
Depósitos a prazo	40.046,55	85.000,00
Outros		
Total	58.047,63	129.341,56

11.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	0,00	913,99
Total	0,00	913,99

11.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Activo		
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		

Secção Regional dos Açores

Imposto sobre o Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	750,53	491,00
Segurança Social	1.655,96	1.597,27
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	2.406,49	2.088,27

11.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		5.778,53		5.778,53
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		0,00		0,00
Total		5.778,53		5.778,53

11.9 Outros Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "outros passivos financeiros" não registava qualquer valor.

11.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade, nos períodos de 2018 e 2017, não registava qualquer valor

11.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	0,00	10.804,90
Serviços especializados	18.034,36	2.427,28
Materiais	3.956,62	756,23
Energia e fluidos	1.733,87	20.334,59

Secção Regional dos Açores

Deslocações, estadas e transportes	15.278,70	20.334,59
Serviços diversos	28.765,88	25.421,17
Total	67.488,64	59.744,17

11.12 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	0,00	21,46
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,01	0,03
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Restituição impostos - IRS	0,00	0,00
Imputação subsídios para investimentos	0,00	0,00
Donativos	0,00	0,00
Rend. e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	54,00	0,74
Total	54,01	22,23

11.13 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	1.120,72	1.233,23
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas em, assoc. e empreend. Conj. (CDN)	15.600,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos e Perdas	11,64	408,25
Total	16.732,36	1.641,48

11.14 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 não foram reconhecidos quaisquer gastos ou rendimentos.

11.15 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

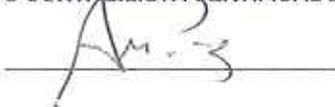
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Secção Regional dos Açores

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção da Secção Regional dos Açores da OET – Ordem dos Engenheiros Técnicos.

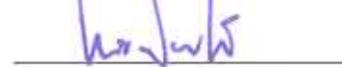
Ponta Delgada, 16 de Março de 2019.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIREÇÃO

O PRESIDENTE



O VICE-PRESIDENTE



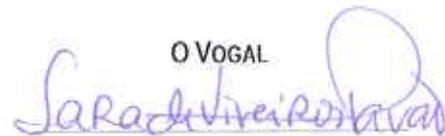
O SECRETÁRIO



O TESOUREIRO



O VOGAL





Ordem dos Engenheiros Técnicos
Associação de Direito Público – Lei n.º 47/2011, de 27 de junho
Contribuinte N.º 504 923 218

Secção Regional dos Açores

Rua Diário dos Açores, n.º 43 – 1.º
9500-178 Ponta Delgada – S. Miguel Açores
Telefone: 296 286 050 • Fax: 296 281 846 • Endereço de E-mail: sracores@oet.pt

Handwritten signature and initials in blue ink.

CONSELHO FISCAL DE SECÇÃO

PARECER SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DO ANO DE 2018

Em conformidade com a com alinea b), do n.º 2, do artigo 45º, Conselhos Fiscais de Secção, dos Estatutos da Ordem dos Engenheiros Técnicos, reuniu no dia 16 de março de 2019, o Conselho Fiscal da Secção Regional da Ordem dos Engenheiros Técnicos – Açores, para dar parecer sobre o Relatório e Contas de 2018, do respetivo Conselho Directivo Regional.

No que concerne ao Relatório e Contas, o Conselho Fiscal de Secção, observa que o mesmo expressa as actividades desenvolvidas pela Secção Regional.

Sobre a análise às Contas, o Conselho Fiscal de Secção fez um acompanhamento trimestral conforme o determina a alinea b) do n.º 2, do artigo 45º, Conselhos Fiscais de Secção, dos Estatutos da OET, com a avaliação do balancete geral acumulado, quadro resumo das receitas e despesas executadas ambos apresentados pelo Conselho Directivo de Secção, com identificação do código das contas em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística e pelos quadros resumos desagregados com valores absolutos realizados por trimestre, valores acumulados, valores percentuais e comparativos diferenciais de balanço entre as diferentes rúbricas, elaborados pelo Conselho Fiscal de Secção. Entende o Conselho Fiscal de Secção que os elementos de *Receitas e Despesas* são documentados com critérios rigorosos nas Demonstrações Financeiras Individuais do Exercício de 2018 e que compreendem o Balanço Individual, a Demonstração dos Resultados Individual e Balancete Geral, os anexos às Demonstrações Financeiras Individuais de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), e pelo sistema de controlo interno, resultando num resultado líquido negativo de doze mil setecentos e noventa e quatro euros e sessenta e sete cêntimos (12 794, 67€).

Perante o exposto, o Conselho Fiscal de Secção, emite o parecer favorável ao Relatório e Contas do Conselho Directivo da Secção Regional referentes ao ano de 2018, sendo de opinião que os documentos devam ser aprovados pela Assembleia de Secção Regional da OET dos Açores.

Ponta Delgada, 16 de março de 2019



Ordem dos Engenheiros Técnicos
Associação de Direito Público – Lei n.º 47/2011, de 27 de junho
Contribuinte N.º 504 923 218

Secção Regional dos Açores

Rua Diário dos Açores, n.º 43 – 1.º
9500-178 Ponta Delgada – S. Miguel Açores
Telefone: 296 286 050 • Fax: 296 281 846 • Endereço de E-mail: sracores@oet.pt

O Conselho Fiscal de Secção

O Presidente

Carlos Jorge Morais Loures

Vogal

Horácio Ferreira da Silva

Vogal

Pedro Raposo Sousa Félix Machado

Vogal

Emanuel Duarte Costa

RELATÓRIO DE EXAME SIMPLIFICADO

Exm^{os} membros da

OET – Secção Regional dos Açores

Introdução

1. Procedemos ao exame simplificado das demonstrações financeiras da OET-SEÇÃO REGIONAL DOS AÇORES, do exercício findo em 31-12-2018, as quais compreendem o Balanço, (que evidencia um total de 116 605,91 euros e um total de capital próprio de 108 232,26 € euros, incluindo um resultado líquido negativo de 12 788,42 € as Demonstrações dos resultados por naturezas do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa (se aplicável) da entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no nosso exame simplificado daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que este exame seja planeado e executado com o objetivo de obter um nível de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

5. O nosso trabalho consistiu:

a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a apreciar:

- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
- a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
- a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; e
- a apresentação da informação financeira;

b) em testes substantivos às transações não usuais de grande significado e àquelas em que tenham sido obtidas informações contraditórias (se aplicável).

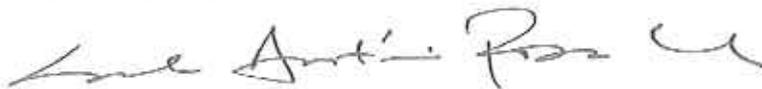
Parecer

7. Com base no trabalho efetuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as referidas demonstrações financeiras do exercício findo em 31-12-2018 não estejam isentas de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal

Entroncamento, 19 de Março de 2019

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C., Lda

representada por



Carlos António Rosa Lopes (ROC nº 645)